

Projeto Vidas Paralelas Migrantes: experiência desenvolvida com venezuelanos acolhidos pelas Aldeias Infantis SOS/Brasil

Project Parallel Migrant Lives: Experience developed with Venezuelans Welcomed by Aldeias Infantis SOS/Brasil

DENISE OSÓRIO SEVERO

Universidade de Brasília (UnB), Brasil
denisesevero.unb@gmail.com

MARIA DA GRAÇA LUDERITZ HOEFEL

Universidade de Brasília (UnB), Brasil
gracahoefel@gmail.com

SAMANTHA TAVARES

Aldeias Infantis SOS Brasil, Brasil
samantha.tavares@aldeiasinfantis.org.br

COLETIVO DE ESTUDANTES DE SAÚDE COLETIVA

Universidade de Brasília (UnB), Brasil
projetoamvopiv@gmail.com

IVETTE ALEJANDRA ABANTO RAMOS

Universidade de Brasília (UnB), Brasil
ivette.abanto@upch.pe

Abstract

Project Parallel Migrant Lives in Brazil-France is an international research cooperation funded by CAPES-COFECUB. It involves the University of Brasilia, State University of Rio de Janeiro, Université Paris XIII and Université Paul Valéry. This paper constitutes a section of research developed by the University of Brasilia, between 2018 and 2019, which aims to share the experience of the Parallel Migrant Lives Project developed with Venezuelans hosted by a partner of the project: the organization Aldeias Infantis SOS Brasil, located in Brasília. Thus, we seek to reflect on the collective construction process and the challenges and advances related to the implementation of a proposal that involved the integration process of teaching-research-extension. In this sense, these reflections permeate the difficulties of concatenating times, agendas, objectives, processes and expectations which obey such unique and different dynamics, such as the academic universe, the daily life of civil society organizations, and the demands migrant subjects. This paper covers this triangulation of expectations, objectives and results achieved, problematizing the challenges inherent to the dialogical production of knowledge about migration.

Keywords: Migration; Venezuelans; Teaching-Research-Extension Integration

Resumo

O Projeto Vidas Paralelas Migrantes Brasil-França é uma cooperação internacional de pesquisa financiada por edital CAPES-COFECUB, que envolve a Universidade de Brasília, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Université Paris XIII e Université Paul Valéry, financiado por edital CAPES-COFECUB. Este artigo constitui um recorte de pesquisa desenvolvido pela Universidade de Brasília, entre 2018 e 2019, que visa compartilhar especificamente a experiência do Projeto Vidas

Paralelas Migrantes desenvolvida com venezuelanos acolhidos pela organização Aldeias Infantis SOS Brasil, situada em Brasília, parceira do projeto. Desse modo, busca-se refletir sobre o processo de construção coletiva e os desafios e avanços relativos à implementação de uma proposta que envolveu a integração ensino-pesquisa-extensão. Nesse sentido, as reflexões aqui contidas passam as dificuldades de concatenar tempos, agendas, objetivos, processos e expectativas que obedecem a dinâmicas tão próprias e distintas, tais como são o universo acadêmico, o cotidiano das organizações da sociedade civil e, sobretudo, as demandas reais dos sujeitos migrantes. Assim, o artigo percorre essa triangulação de expectativas, objetivos e resultados alcançados, problematizando os desafios inerentes à produção dialógica do conhecimento acerca da migração.

Palavras-chaves: migração; venezuelanos; integração ensino-pesquisa-extensão

1. Introdução

Os movimentos migratórios fazem parte da história da humanidade, embora apresentem variações em cada período histórico. No início do século XXI, especialmente após a crise do capital de 2008, a migração adquire novos contornos, com uma ampliação expressiva em escala global, o que aumentou a migração Sul-Sul e cujos reflexos foram sentidos no contexto da América Latina.

No Brasil, a elevação da migração inicialmente expressava o aumento do fluxo de haitianos, que vieram após 2009, período em que o Haiti estava se recuperando de três furacões e, sobretudo depois de 2010, quando o país sofreu um terremoto de magnitude de 7.3 na escala Richter, que afetou mais de 3 milhões de pessoas (Arruda-Barbosa *et al.*, 2020). Assim, eles iniciaram a busca por lugares com melhores condições ambientais e econômicas, fazendo com que uma parcela dos desabrigados se destinasse ao Brasil (Moraes *et al.*, 2013; Motizuki *et al.*, 2019). Cabe lembrar que nesse período a economia brasileira estava em amplo crescimento e ainda não havia sentido os impactos da crise global.

A partir de 2015, os cenários econômico e político regionais se modificam, o que deflagra a intensificação do fluxo migratório de venezuelanos em direção a outros países, especialmente Colômbia, Equador, Peru e Brasil, facilitados pelas fronteiras geográficas. As repercussões da queda do preço do barril do petróleo no mercado internacional impactaram profundamente a Venezuela e conduziram a uma grave crise econômica e política que influenciou esse movimento migratório (Oliveira, 2019). Embora esse período seja também o marco da imersão do Brasil na mais profunda crise política e econômica desde a redemocratização do país, ele evidentemente apresenta condições incomparavelmente melhores de desenvolvimento que a nação vizinha.

Dados recentes publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020) em parceria com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) indicam que, entre 2013 e 2019, o Brasil recebeu 264 mil solicitações de refúgio ou residência por parte de venezuelanos, a maioria com entrada no estado de Roraima, Norte do país. Grande parte dessa migração ocorre por via terrestre, através da cidade de Pacaraima, que faz fronteira com o município venezuelano de Santa Helena de Uairén. O documento ressalta que esse fluxo se intensificou a partir de 2016 e tornou-se especialmente elevado em 2018. Por outro lado, dados da OIM (2019) apontam que outros países vizinhos receberam número muito maior de venezuelanos no mesmo período, tais como a Colômbia (1,2 milhão), o Peru (800 mil) e o Chile (288 mil) (OIM, 2019). Entretanto, o fluxo migratório venezuelano em direção ao Bra-

sil acarretou uma crise política interna em 2018, especialmente entre o governo local do estado de Roraima e o nível federal, pois houve um colapso do sistema de saúde da região e demais estruturas de políticas públicas que não estavam preparadas para o acolhimento e absorção de demandas emergentes da migração (Arruda-Barbosa *et al.*, 2020; Milesi *et al.*, 2018). Além disso, é notável que outros fatores interferiram nessa situação, posto que o país estava em grave crise política nacional.

Esse contexto exacerbou os conflitos em torno da temática e conduziu a situações emblemáticas em nível local, propriamente no estado de Roraima, o que resultou em conflitos e casos de xenofobia que levaram inclusive à adoção temporária de fechamento de fronteiras. Tudo isso conduziu à incorporação de medidas políticas para reduzir as tensões na região, diminuir as repercussões que a situação estava acarretando ao país em nível internacional e evidentemente oferecer respostas à situação da migração.

Assim, em março de 2018, o governo federal iniciou a Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima, conhecida pelo codinome Operação Acolhida, sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República em conjunto com o Exército Brasileiro, ancorada nas medidas provisórias (MPs) nº 820/18 e nº 823/18, bem como nos decretos nº 9.285/18 e nº 9.286/18. Em 1º de março de 2018, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas determinou que o Exército Brasileiro estabelecesse a referida força-tarefa para o estado de Roraima, cuja atuação é estruturada no seguinte tripé: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização dos imigrantes (Silva, 2020). É preciso dizer que a forma de construção e abordagem da Operação Acolhida foi imersa em inúmeras polêmicas e críticas. De acordo com Silva (2020, p. 122), o governo brasileiro, ao adotar tal força-tarefa, “deixou evidente o seu posicionamento de tratar o problema da imigração venezuelana para o Brasil como um problema de polícia”.

A despeito das controvérsias e na esteira desse processo, em abril de 2018 foi criado o programa de interiorização de imigrantes venezuelanos, em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU) e com organizações da sociedade civil, em tese, para prover condições mais apropriadas de inserção social no país (ACNUR, 2020). Desde então os venezuelanos que adentraram a região de Roraima são realocados para diversas cidades do país, entre elas Brasília, cujo primeiro grupo vinculado ao referido programa desembarcou em meados de 2018.

Conforme mencionado, o programa incluiu a participação de organizações da sociedade civil com experiência internacional no tema da migração, tal como a organização filantrópica intitulada Aldeias Infantis SOS, entidade presente em mais de 120 países, fundada em 1949 na Áustria.

Diante desse cenário e da necessidade de compreensão da situação de vida e demandas dos sujeitos migrantes venezuelanos recém-chegados à Brasília, a fim de favorecer a construção de políticas públicas que pudessem garantir os direitos humanos desses sujeitos, a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Projeto Vidas Paralelas Migrantes Brasil-França, financiado por edital CAPES-COFECUB, deflagrou um processo de articulação e diálogo com a organização Aldeias Infantis SOS. Esse projeto desenvolve-se nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Paris e Montpellier, em parceria com diversas instituições. No entanto, este artigo circunscreve-se somente a uma das experiências realizadas em Brasília, especificamente com as Aldeias Infantis SOS.

Desse modo, os diálogos entre a UnB e as Aldeias Infantis SOS conduziram à construção de uma parceria profícua, que permitiu o desenvolvimento da experiência entre 2018 e

2019, em conjunto com tal instituição, articulada ao grupo de pesquisa do PVP e às disciplinas do curso de graduação em Saúde Coletiva da UnB (Seminários Integradores em Saúde Coletiva 1 e Práticas Integradoras em Saúde Coletiva 1), bem como à disciplina vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – intitulada Migração, Saúde e Direitos Humanos – e ao projeto de extensão PVP Migrantes. Isso posto, este artigo reflete sobre a experiência do Projeto Vidas Paralelas Migrantes desenvolvida em parceria com as Aldeias Infantis SOS, situada em Brasília, com o fito de discutir desafios e avanços relativos à implementação dessa proposta de integração ensino-pesquisa-extensão. Além disso, almeja trazer à luz o processo de interiorização e a situação de vida de sujeitos migrantes venezuelanos.

Nesse sentido, as reflexões aqui contidas perpassam as dificuldades de concatenar tempos, agendas, objetivos, processos e expectativas que obedecem a dinâmicas tão próprias e distintas, tais como o universo acadêmico, o cotidiano das organizações da sociedade civil e, sobretudo, as demandas reais dos sujeitos migrantes. Assim, o artigo percorre a experiência pedagógica e os seus resultados, problematizando os desafios inerentes à produção dialógica do conhecimento acerca da migração.

2. Aldeias Infantis SOS e serviço de acolhimento de imigrantes venezuelanos

As Aldeias Infantis SOS, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, foi criada pelo educador Hermann Gmeiner, em 1949, na cidade de Imst, na Áustria, com o intuito de acolher e oferecer uma família às crianças órfãs de guerra, considerando a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Presente em 135 países e territórios, atende a aproximadamente 2 milhões de pessoas. No Brasil, surge em 1967, por meio de seu primeiro programa desenvolvido na cidade de Porto Alegre, e progressivamente se expande para outras regiões brasileiras, totalizando doze estados (Alagoas, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe) mais o Distrito Federal. No âmbito nacional, atualmente atende cerca de 5 mil crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

O enfoque de atuação integral visa à defesa, garantia e promoção dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidade. Investe esforços para prevenir a situação de vulnerabilidade social, o abandono e as diversas situações de violação de direitos dos segmentos que perderam ou estão prestes a perder os cuidados de suas famílias. Sendo assim, realiza igualmente o *advocacy* em rede com outros órgãos que defendem e garantem os direitos humanos de crianças e adolescentes. Entre as linhas de atendimento desenvolvidas pelas Aldeias Infantis SOS, destaca-se o Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias – Programa de Emergência Humanitário Brasil Sem Fronteiras. Este projeto iniciou em Brasília em junho de 2018 e visa promover a interiorização de imigrantes e refugiados concentrados no município de Pacaraima, situado no estado de Roraima. Após o reordenamento do serviço de acolhimento institucional, em conformidade com as alterações ocorridas na legislação brasileira e segundo as orientações técnicas estabelecidas para atendimento padronizado, a organização passou a desenvolver um serviço na modalidade de acolhimento emergencial de imigrantes e/ou refugiados.

Diante da avaliação do perfil da população de imigrantes venezuelanos e da identificação da existência de crianças, mulheres e idosos sob ameaça de perda de seus vínculos parentais, a entidade Aldeias reconheceu a convergência com o público e missão da organização, o que conduziu à celebração de convênio com a agência da ONU para refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), para acolher o povo venezuelano. Assim, a instituição busca contribuir com a garantia de direitos e respeito ao princípio da preservação da dignidade humana, bem como favorecer a proteção e integração de imigrantes ou refugiados venezuelanos em território nacional.

Por meio da modalidade programa de emergência, a organização é responsável por acolher e acompanhar as famílias de imigrantes ou refugiados oriundos da Venezuela, em processo de interiorização, advindos do referido município. Ela disponibiliza habitação temporária em casas estruturadas na forma de um condomínio e busca, através do acolhimento familiar, o desenvolvimento socioafetivo, a manutenção dos vínculos familiares, o protagonismo social e financeiro. Para tanto, oferta às famílias acolhidas atividades e vivências diárias que visam o engajamento familiar de forma integral, cooperando para a formação, a inserção no sistema educacional, o acesso às políticas públicas, cidadania e justiça. Dessa forma, propicia aos imigrantes/refugiados a inserção e desenvolvimento educacional, social e profissional dentro do território brasileiro.

Destaca-se que a Aldeias Infantis SOS Brasil acolhe especificamente famílias em situação de vulnerabilidade social e temerária ao rompimento do vínculo parental. Ela realiza estudos psicossociais e atendimentos familiar e individual, acompanhamento planejado e inserção na comunidade, buscando para cada membro familiar o acesso aos mecanismos de proteção social. Desse modo, almeja evitar o abandono e a institucionalização de crianças e adolescentes.

Os objetivos específicos do programa contemplam articulação de rede local de serviços que fortaleçam o acesso à saúde, educação, lazer, cultura, assistência social e demais direitos; acompanhamento das famílias em casa de acolhida de imigrantes ou refugiados, com monitoramento sistemático conforme o plano de desenvolvimento familiar de cada família; estabelecimento de parcerias com empresas e organizações da sociedade civil; desenvolvimento de ações para apropriação social e cultural brasileira e a preservação da identidade cultural; inserções no mercado de trabalho; apoio na escolha de moradia e comunidade que melhor atenda à vontade da família, amparado no seu plano de desenvolvimento e em consonância às necessidades objetivas do grupo familiar.

Importa assinalar que desde o início do projeto já foram acolhidas mais de 100 crianças e 108 adultos, totalizando 58 famílias. Ademais, destaca-se que, durante o processo inicial de desenvolvimento do Serviço de Acolhimento de Imigrantes Venezuelanos, a instituição foi contatada pela UnB, com o intuito de desenvolver um projeto conjunto com os migrantes venezuelanos, o que foi acolhido pela organização e construído pouco a pouco, em diálogo com os gestores, coordenadores, trabalhadores, além dos membros da universidade, ou seja, professores, estudantes e pesquisadores.

Essa parceria desmembrou-se em várias ações que possibilitaram experiências singulares, tanto para a instituição quanto para a universidade, sinalizando avanços e desafios no que refere às interlocuções entre o universo acadêmico e o cenário das organizações sociais.

3. Metodologia

Esta é uma pesquisa-ação, realizada com sujeitos migrantes venezuelanos acolhidos pelas Aldeias Infantis SOS, em Brasília, entre 2018 e 2019. O processo desenvolveu-se de forma integrada ao ensino-pesquisa-extensão e envolveu três turmas diferentes de estudantes matriculados em duas disciplinas de graduação em Saúde Coletiva da UnB, intituladas Seminários Integradores em Saúde Coletiva 1 (SISC) e Práticas Integradoras em Saúde Coletiva 1 (PISC), com a participação de duas professoras. A experiência teve a duração de quatro semestres consecutivos e também contou com mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, especificamente os discentes da disciplina Migração, Saúde e Direitos Humanos, bem como estudantes ligados ao projeto de extensão do PVP.

Destaca-se que as referidas disciplinas de graduação constituem um *continuum*, sendo SISC a disciplina destinada à elaboração de um projeto de intervenção e PISC a disciplina voltada para a implementação deste. Ambas possuem seus objetivos específicos, que não cabem aqui serem explorados, mas importa dizer que, por tal motivo, é possível desenvolver processos mais longos e concatenados, nos quais os estudantes têm a oportunidade de vivenciar, durante um ano, todas as etapas, desde a imersão na realidade, a construção dos diálogos com os distintos atores sociais, a elaboração coletiva e, por fim, o desenvolvimento propriamente dito do projeto. Desse modo, o trabalho aqui abordado se estruturou em três subprojetos, construídos a partir das demandas identificadas em diálogo com as Aldeias Infantis SOS, quais sejam:

- a. Análise de uma experiência de interiorização dos imigrantes venezuelanos em Brasília (2018/1-2018/2)-Turma 1.
- b. Análise da situação de vida dos imigrantes venezuelanos acolhidos nas Aldeias Infantis SOS no Distrito Federal (2018/2-2019/1)-Turma 2.
- c. Análise e mapeamento de violências ocorridas no processo de imigração (2019/1-2019/2)- Turma 3.

Os três subprojetos adotaram a metodologia do Projeto Vidas Paralelas (PVP) Migrantes (Hoefel *et al.*, 2019), embora com adaptações necessárias ao contexto, às dinâmicas da organização e demandas dos migrantes. O método do PVP é composto por cinco fases: 1) articulação, debates e construção da rede de apoio; 2) realização das oficinas de direitos humanos e fotografia, a fim de resgatar a memória, a construção da história e o cotidiano de vida, cultura e trabalho; 3) transcrição e análise de oficinas fotográficas e de vídeos; 4) desenvolvimento e partilha do relatório de pesquisa preliminar e elaboração coletiva do relatório final; 5) elaboração coletiva do catálogo e realização da exposição fotográfica do PVP Migrantes.

Ademais, os instrumentos de pesquisa incluem as oficinas PVP de fotografia e direitos humanos, diário de campo, registro de imagens e voz. Por vezes, demais instrumentos são agregados, à medida que necessidades se apresentam. Todavia, o método tem como centralidade a realização das oficinas, lócus do processo de pesquisa-ação e construção coletiva de conhecimentos. A análise dos dados implica duas fases, sendo uma realizada durante as oficinas, com base na análise de imagem de Hoefel (2016), e um segundo momento a partir da análise de conteúdo de Bardin (1977).

Neste artigo, almeja-se não somente trazer à luz os principais resultados referentes à interiorização dos migrantes venezuelanos, à situação de vida e os possíveis agravos vivenciados por eles, mas também discutir o processo complexo que envolve a constru-

ção de propostas dialógicas integradas às organizações da sociedade civil e à integração ensino-pesquisa-extensão. Dito isso, a seguir, apresentam-se os caminhos percorridos por cada subprojeto e seus respectivos resultados.

4. Resultados e análise

4.1. Análise de uma experiência de interiorização dos imigrantes venezuelanos em Brasília (2018/1-2018/2)-Turma 1¹

Essa experiência marcou o início dos trabalhos em parceria com as Aldeias Infantis SOS e foi realizada ao longo do ano letivo de 2018. Ela começou por meio de reuniões entre a UnB e a equipe dessa instituição – abril e julho de 2018 – com participação de professores, estudantes, direção e trabalhadores da referida organização filantrópica. O intuito era discutir as possibilidades de realização de um trabalho conjunto, a fim de compreender o processo de interiorização dos migrantes venezuelanos, cujo programa encontrava-se em fase inicial de implantação pelo governo brasileiro, em conjunto com ACNUR.

Inicialmente, os sujeitos migrantes venezuelanos não participaram desse diálogo, posto que a instituição estava articulando a implementação do Programa de Emergência Humanitário Brasil Sem Fronteiras e as primeiras famílias já estavam chegando. Assim, a partir de junho de 2018, à medida que os venezuelanos foram chegando às Aldeias, os estudantes puderam acompanhar, a partir dos debates nas reuniões, a realidade que se apresentava e os desafios emergentes. Ademais, esse período foi também destinado à capacitação dos estudantes no método do PVP Migrantes, por meio da vivência da Oficina de Fotografia e Direitos Humanos, realizada na UnB. Paralelamente a isso, a Turma 1 dedicou-se à revisão de literatura, com base em análise documental de artigos científicos, livros, vídeos, entrevistas, reportagens, documentos do Ministério Público e da Casa Civil, bem como pareceres técnicos de livre acesso, com vistas ao aprofundamento teórico e elaboração do subprojeto pactuado com a instituição.

Finalizada essa fase, em setembro de 2018, os estudantes realizaram uma oficina do PVP com trabalhadores e a direção das Aldeias Infantis SOS, na sede da instituição. Além disso, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com dois trabalhadores(as) das Aldeias SOS.

O conjunto dos dados, oriundos da fase documental, oficina e entrevistas, foram posteriormente analisados por meio de análise de conteúdo de Bardin (1977), o que permitiu a compreensão do processo de interiorização e acolhimento dos migrantes venezuelanos em Brasília, tal como abordado a seguir.

Conforme supracitado, o programa de interiorização iniciou em abril de 2018, quando o governo brasileiro o definiu e o ACNUR estabeleceu parcerias com instituições não governamentais para receber os migrantes venezuelanos. Em Brasília, as instituições responsáveis ficaram a cargo das Aldeias Infantis e do Instituto de Migração e Direitos Humanos (IDMH). O programa ofereceu aos migrantes a livre escolha da região do país para a qual desejassem se instalar, de acordo com os critérios próprios de avaliação acerca das melhores expectativas de condições de vida. Para tanto, o programa estabeleceu um protocolo de exames de saúde, vacinação, regularização no país, emissão da Carteira Nacional de

1. Alunos do curso de graduação em Saúde Coletiva da UnB participantes da Disciplina PISC 1, referentes à Turma 1: Ellen Tawany, Gustavo Gomes, João Andrade, José Lucas, Larissa Araújo, Matheus Veríssimo, Muriel Matos e Yan Rodrigues.

Trabalho e Cadastro de Pessoa Física (CPF). Essa ação teve apoio de várias organizações, cada uma sendo responsável por uma etapa no processo (Brasil, 2018).

Em agosto do referido ano, seis cidades foram selecionadas para receber os 270 venezuelanos nessa fase de interiorização: Manaus, Boa Vista, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, João Pessoa e Goioerê. Durante os meses subsequentes, foram incluídas outras cidades para receber migrantes venezuelanos, visando a distribuição no território nacional (Brasil, 2018). A interiorização estabeleceu abrigos destinados para mulheres e homens separadamente, além de abrigos especificamente para famílias, com ou sem filhos, independente do estado civil. De acordo com dados advindos da Casa Civil, entre abril e novembro de 2018, chegaram à Brasília 128 venezuelanos (Brasil, 2018).

Segundo informações advindas dos trabalhadores das Aldeias SOS presentes na oficina, a interiorização dos venezuelanos em Brasília começou quando a entidade foi convidada para fazer parceria com a ACNUR para receber os imigrantes. Em princípio, seria um projeto para os sírios, porém, com a emergência da migração dos venezuelanos, o projeto foi direcionado para eles. Dessa forma, durante o mês de julho de 2018, Brasília recebeu cinquenta venezuelanos que foram acolhidos nas Aldeias Infantis SOS, recebendo abrigo, apoio e informações sobre saúde, trabalho e educação (Brasil, 2018). Ressalta-se que essa organização recebe somente famílias, haja vista sua missão institucional.

Inicialmente, a instituição dispunha de quatro casas para o acolhimento de venezuelanos, sendo alocadas duas famílias em cada habitação. Segundo os relatos, as Aldeias SOS têm como princípio a promoção da autonomia dos sujeitos migrantes, motivo pelo qual todas as famílias são direcionadas para assistentes sociais e educadoras, que oferecem orientação acerca de questões relacionadas ao acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, bem como orientações acerca de autogestão financeira. O processo de acolhimento dos venezuelanos nas Aldeias SOS inclui acompanhamento domiciliar permanente, realizado por educadores e assistentes sociais vinculados à instituição. Os venezuelanos acolhidos permanecem no máximo 3 meses nas Aldeias, período destinado para adaptação, busca de emprego e inserção social na comunidade. As narrativas destacam que o projeto financiado pelo ACNUR originalmente previa duração de 6 meses entre a acolhida e a saída do centro. Contudo, a fim de acolher maior número de famílias, as Aldeias reduziram o tempo pela metade, o que constitui um grande desafio. Apesar disso, entre os 27 adultos que chegaram nas Aldeias em julho de 2018, apenas oito não estavam empregados no mês de setembro subsequente.

Em relação ao processo de inserção profissional, os educadores da organização possuem as seguintes responsabilidades: pesquisa de emprego, interlocução com empregadores, visita ao local de trabalho, certificação da idoneidade e segurança da empresa, checagem quanto à garantia dos direitos trabalhistas, orientação dos sujeitos migrantes quanto ao deslocamento e transporte público necessários para chegar ao local de trabalho. Em verdade, toda a inserção no espaço urbano da cidade é feita dessa maneira, primeiramente a educadora os acompanha para que aprendam o caminho e, posteriormente, possam fazê-los de forma autônoma. Assim o fazem em todos locais básicos, tais como farmácias, unidades de saúde, creches e escolas, para citar alguns.

Para inserção nas escolas, conforme os trabalhadores das Aldeias Infantis SOS, as crianças são encaminhadas a partir dos 4 anos de idade, pois as creches públicas no Brasil têm um grande déficit em relação à demanda e não possuem vagas. No entanto, eventualmente, há casos em que famílias conseguem matricular seus filhos em creches privadas, após

entrar em acordo com relação ao pagamento da mensalidade. Ademais, todas as crianças em idade escolar são matriculadas em escolas próximas às moradias. Esse mesmo mecanismo de orientação serve à educação, isto é, recebem orientações sobre o sistema educacional, locais onde se situam as escolas, processo de matrícula, exigências, bem como realizam o trajeto em conjunto para ensinar o caminho. Ainda sobre a educação, os adultos recebem aulas de português com apoio de voluntariado e, às crianças, é ofertado reforço escolar, a fim de facilitar a adaptação e aprendizagem.

Em relação à saúde, os venezuelanos acolhidos pelas Aldeias SOS receberam atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de visita domiciliar realizada por equipe de Saúde da Família vinculada à esfera da Atenção Primária à Saúde (APS), passando a compor o cadastro da população adscrita sob responsabilidade da referida esfera. Como tal, os sujeitos tiveram acesso ao programa de vacinação e demais programas que compõem a APS no Brasil, além de orientações quanto ao funcionamento do SUS e seus princípios de universalidade, equidade e integralidade.

Nesse sentido, cabe assinalar que o SUS do Brasil, apesar de todos os desafios, subfinanciamento e ameaças sofridas por interesses do capital privado na saúde, mantém seus princípios plenamente convergentes com as recomendações da ONU relativas à garantia do direito à saúde de migrantes e refugiados, constituindo um locus de resistência e defesa dos direitos humanos. Com efeito, os princípios do SUS alinham-se com as recomendações da Declaração de Nova Iorque para os Refugiados e Migrantes, realizada em 2016, e também converge com a Resolução da 68ª Sessão do Comitê Regional da Organização Mundial de Saúde para as Américas, intitulada “Saúde dos Migrantes”, realizada em 2016 em Washington, além de estar em consonância com as recentes orientações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), destinadas à melhoria das condições de saúde de migrantes nas Américas, publicadas no *Guidance Document on Migration and Health* (OPAS, 2019).

Ademais, a resolução “Saúde dos Migrantes” reflete em seu bojo o interesse dos países das Américas em formular programas e políticas de saúde que abordem as iniquidades na saúde e melhorem o acesso aos serviços. Almeja-se que os países incorporem esses compromissos como base e criem serviços de saúde inclusivos e respondam às necessidades de saúde dos migrantes. Desse modo, o documento indica a necessidade de garantir que recebam atenção em saúde, considerando questões culturais, religiosas e de gênero; estabelecer mecanismos para oferecer atenção de saúde integral, de qualidade e focada nas pessoas; colaborar para melhores serviços de saúde em áreas fronteiriças para proteger quem está em trânsito nesses locais; promover o acesso dos migrantes em situação vulnerável aos programas de proteção social, sob as mesmas condições do resto da população.

Em relação às orientações inscritas no *Guidance Document on Migration and Health* (OPAS, 2019), sugerem cinco linhas estratégicas de ação para o alcance de tal objetivo: 1) fortalecimento da vigilância epidemiológica; 2) melhora do acesso aos serviços de saúde para as populações migrantes e para as que os recebem; 3) melhora da comunicação e o intercâmbio de informações para combater a xenofobia, o estigma e a discriminação; 4) fortalecimento do trabalho intersetorial e entre países para proteger a saúde dos migrantes; 5) adaptação de políticas, programas e marcos legais para promover e proteger a saúde e o bem-estar dos migrantes. Nota-se, portanto, que as recomendações e orientações assinalam a importância da garantia do direito à saúde dos migrantes e refugiados, bem como enfatizam estratégias que são diretrizes fundamentais do sistema de saúde brasileiro.

Para além dos elementos abordados sobre o programa de interiorização, outras questões emergiram das narrativas e trouxeram à luz algumas categorias de análise que sinalizaram as percepções dos(as) trabalhadores(as) das Aldeias SOS acerca do processo de migração, das suas vivências no acolhimento e dos desafios que se apresentam no cotidiano da vida dos sujeitos migrantes e das trabalhadoras. As três categorias apreendidas foram intituladas: 1) processo migratório/interiorização; 2) vivenciando o acolhimento; 3) desafios futuros.

A migração venezuelana é percebida pela maioria das trabalhadoras das Aldeias SOS como um processo carregado de sofrimento e exposição às privações e violências que acontecem nos percursos das famílias. Os relatos assinalam que o caminho percorrido por eles é árduo e longo, via terrestre, o que muitas vezes implica em percorrer 200 km a pé, entre Santa Helena do Uairén na Venezuela e a cidade de Boa Vista no Brasil, expostos às alterações climáticas e riscos presentes nesse cenário. De fato, várias pesquisas indicam a rota principal adotada via Pacaraima e, posteriormente, em direção à Boa Vista ou demais capitais (Arruda-Barbosa *et al.*, 2020; Oliveira, 2019; Milesi *et al.*, 2018; Uebel & Silva, 2019; Simões *et al.*, 2017). Segundo Arruda-Barbosa *et al.* (2020), os migrantes são oriundos de 24 províncias venezuelanas, especialmente Bolívar, Monaguás e Caracas.

As razões para tal migração, conforme evocado por trabalhadores das Aldeias SOS, são majoritariamente atribuídas às condições econômicas e políticas, caracterizada por elas como migração forçada. Os venezuelanos migram essencialmente em busca de melhores condições de vida, como forma de enfrentamento à ausência de emprego, acesso à saúde, alimentação, possibilidade de consumo. Os sofrimentos são associados tanto ao percurso violento como também pela separação familiar, abandono de seu país, medos e várias outras questões envolvidas. Por outro lado, também alimenta expectativas e sonhos, nem sempre correspondentes à realidade que eles se deparam.

Quanto à vivência do acolhimento, os relatos expressam um misto de comoção e felicidade. Há um forte vínculo dos trabalhadores(as) com o trabalho desenvolvido, e isso se expressa nas emoções emersas no processo de reflexão sobre acolhimento, o que reitera as percepções acerca da dubiedade de sentimentos que oscilam entre a comoção com os sofrimentos dos migrantes venezuelanos e a satisfação em contribuir com sua inserção social.

Por fim, os desafios futuros são relacionados à preocupação que os trabalhadores(as) demonstram quanto à capacidade de alcance das políticas públicas face às demandas da migração venezuelana e frente à previsão de mudanças culturais profundas na sociedade brasileira advindas desse processo. Com efeito, a perspectiva de alterações culturais decorrentes da inserção social de migrantes venezuelanos é algo assinalado por Aragão e Santi (2018), os quais destacam a importância desse processo na construção de uma identidade que ultrapasse as matrizes luso e afro-brasileiras, que seja também ancorada na mescla latino-americana entre Venezuela e Brasil.

Figura 1. Turma 1-oficina do PVP



4.2. Análise da situação de vida dos imigrantes venezuelanos acolhidos nas Aldeias Infantis SOS no Distrito Federal (2018/2-2019/1)-Turma 2²

Esse subprojeto iniciou no segundo semestre de 2018, período no qual o grupo de estudantes da Turma 2 dedicou-se à aproximação com o campo, aos diálogos iniciais com a instituição, à imersão teórica e elaboração de uma proposta concernente com as demandas e informações advindas das Aldeias Infantis SOS, alinhadas também aos dados e processos vivenciados pela Turma 1. Após finalização da elaboração da proposta, reunião destinada à devolutiva para as Aldeias Infantis SOS e debate ampliado acerca de suas possíveis contribuições e convergências com as demandas anteriormente assinaladas pela instituição, foi realizada, em conjunto com a Turma 1, em março de 2019, com a presença da direção, coordenadores e dos trabalhadores que haviam vivenciado, a Oficina de Fotografia e Direitos Humanos implementada pela Turma 1.

Desse modo, ambas as devolutivas foram feitas em conjunto e, nessa ocasião, a organização acentuou modificações de cenários e demandas, o que implicou na reelaboração de todo o projeto da Turma 2, a fim de responder às realidades. Isso conduziu à construção de um novo projeto, intitulado “Análise da situação de vida dos imigrantes venezuelanos acolhidos nas Aldeias Infantis SOS no Distrito Federal”, implantado ainda no primeiro semestre de 2019, embora com grandes desafios.

Nesse período, foram realizadas reuniões com a direção das Aldeias Infantis SOS e com a coordenação dos projetos relacionados à interiorização da migração, a fim de organizar

2. Alunos do curso de graduação em Saúde Coletiva da UnB participantes da Disciplina PISC 1, referentes à Turma 2: Bárbara Karolinne, Carine Ferreira, Eduarda Peres, Júlia Oliveira, Larissa Santos, Maria Vitória da Cruz Bezerra, Rodrigo Figueiredo.

a Oficina de Fotografia e Direitos Humanos com os sujeitos venezuelanos acolhidos por ela. Para tanto, foi primeiramente realizado em conjunto com a organização um mapeamento de todos os sujeitos venezuelanos egressos das Aldeias SOS, com o fito de deliberar coletivamente qual seria o grupo e a região mais favorável para realizar a oficina. Depois do mapeamento, em maio de 2019, foi marcada uma oficina com sujeitos migrantes egressos, planejada para ocorrer na sede do Centro de Cultura e Desenvolvimento (CEDEP), instituição local parceira das Aldeias. Os estudantes ficaram responsáveis por produzir os materiais de divulgação e convites e a entidade assumiu a responsabilidade de entrar em contato com os migrantes venezuelanos egressos. Todavia, nenhum migrante venezuelano compareceu no dia marcado, o que levou a várias reflexões acerca das razões de tal ausência.

Após esse evento, em conjunto com as Aldeias, foi deliberada a mudança de grupo com o qual faríamos a oficina, não mais com egressos, mas sim com os sujeitos acolhidos residentes na instituição. Assim foi feito e, em junho de 2019, foi realizada a Oficina de Fotografia e Direitos Humanos na sede da entidade, que contou com a participação de cinco venezuelanos. Os dados foram gravados em áudio e posteriormente transcritos.

A análise dos dados conduziu a emergência de duas categorias com suas respectivas subcategorias: “dificuldades na Venezuela”, com as subcategorias (a) insegurança alimentar, (b) educação e (c) conflitos políticos. A segunda categoria identificada foi intitulada “aspectos na trajetória dentro do Brasil”, com as subcategorias (a) insegurança alimentar, (b) itinerância e (c) inserção social: idioma, trabalho e educação.

Ambas as categorias emergem a partir das narrativas imagéticas dos sujeitos migrantes venezuelanos que, de modo expressivo, abordam a situação de vida antes e depois da migração. Nesse sentido, no que tange às “dificuldades na Venezuela”, ela emerge de uma série de questões recorrentes que explicam tal situação e as razões da migração. Desse modo, os relatos indicam que a exposição à insegurança alimentar decorrente da crise econômica e de desabastecimento sofridos pela Venezuela, bem como as dificuldades de garantia do acesso à educação para os filhos, são os principais fatores que influenciaram a decisão de migrar. Ademais, conflitos políticos no país de origem também são citados como elementos que interferiram na decisão, embora em menor intensidade.

O dinheiro do trabalho do meu esposo já não dava mais, era muitos filhos, e começaram a cair em um quadro de desnutrição. [...] Na Venezuela encontrava a situação em que mandava o filho pra escola pela manhã porque não tinha o que dá de café e nem o almoço, aí eles desmaiava e eu achava que estava dormindo. (Participante 1)

Então ela falou comigo, mas eu sei que ele vai estar bem e que vai comer, então ela pegou meu filho e foi para Porto Rico, então agora Natanael fica lá estudando e agora está bom, disse que está comendo. (Participante 2)

Em consonância com esses resultados, Oliveira (2019) e Milesi et al. (2018) apontam a fome e a falta de acesso à educação e à saúde como principais razões da migração venezuelana. Vasconcelos (2018) também assinala a busca e o envio de alimentos para familiares na Venezuela como principal causa da migração e permanência no Brasil. Uebel & Silva (2019) corroboram esses apontamentos e destacam as perseguições políticas, a escassez de alimentos, medicamentos e o baixo salário mínimo no país como motivos centrais dessa migração. Em verdade, a insegurança alimentar é unanimidade na análise relativa às razões da migração venezuelana, encontradas da mesma forma na pesquisa realizada com

os indígenas da etnia Warao que migraram da Venezuela, tal como indicado por Simões *et al.* (2017).

Apesar do consenso da literatura e dos dados empíricos em torno da insegurança alimentar, é preciso dizer que as histórias de vida relatadas na oficina, referentes aos participantes presentes, e os exemplos citados por eles apontam que parcela expressiva de migrantes venezuelanos tiveram condições dignas de vida e acesso às políticas públicas em momento histórico recente, o que também é convergente com a literatura. Muitos tinham bons empregos e trabalhavam inclusive em petrolíferas. Todavia, a crise econômica e política ocasionou fortes mudanças, como pode ser observado no seguinte relato:

Em Venezuela nós vivíamos bem e todos nós temos histórias muito distintas. Eu estudava, meus filhos estudava, tínhamos a nossa casa, mas o problema foi a alimentação. (Participante 3).

Com efeito, Oliveira (2019) e Uebel & Silva (2019) advertem que grande parte do período do governo de Hugo Chávez, entre 1999 e 2013, foi marcado pela prosperidade econômica da Venezuela, com uma profusão de programas sociais que viabilizaram a distribuição de renda e o acesso à saúde, à educação e habitação, financiados pelos recursos advindos da alta no preço internacional do barril do petróleo, o que viria a sofrer profundas mudanças após 2013 e especialmente depois de 2015.

A categoria “aspectos na trajetória dentro do Brasil” congrega algumas subcategorias, tais como: insegurança alimentar, itinerância e inserção social. Nota-se que, novamente, o tema da insegurança alimentar emerge das narrativas, porém com significados opostos, visto que aqui ela alude à solução progressiva do problema após a chegada no Brasil, sobretudo à medida que ocorre a interiorização.

Com efeito, a situação de vida após a chegada no Brasil é considerada por eles superior às condições em que se encontravam antes de migrar. De modo geral, eles demonstram satisfação com a acolhida e ressaltam dois fatores fundamentais: a garantia do acesso à alimentação digna para suas famílias e a inclusão imediata dos filhos no sistema educacional público. Entretanto, a preocupação mais presente é a necessidade de acesso a emprego e renda, o que foi mencionado como grande obstáculo.

Importa assinalar que a satisfação mencionada não pode ser generalizada, não somente por se tratar de abordagem qualitativa que não visa tal feito, mas especialmente porque é notória a situação de grande privação e dificuldades que eles enfrentam tanto no percurso como também na chegada à Pacaraima e Boa Vista/Brasil (Arruda-Barbosa *et al.*, 2020; Milesi *et al.*, 2018). Apesar de os integrantes deste trabalho não abordarem de modo contundente os obstáculos relativos à acolhida no país, sabe-se que a situação em Roraima não é favorável (Arruda-Barbosa *et al.*, 2020; Milesi *et al.*; 2018) e existem muitas divergências em torno, sobretudo, da participação do exército na implementação dos processos.

Além disso, em relação à inserção dos migrantes venezuelanos no mercado de trabalho no Brasil, é fato que o contexto atual de grave crise econômica e altíssimas taxas de desemprego configuram um obstáculo expressivo. Em agosto de 2020, por exemplo, o país teve 12,8 milhões de desempregados, isso representa uma taxa de 13,3% de desocupados (IBGE, 2020). Além disso, a taxa de subutilização, isto é, pessoas que trabalham com carga horária menor do que dispõem e necessitam, alcançou 29,1%, o que representa 31,9 milhões de pessoas. Soma-se a isso a existência de 5,7 milhões de desalentados, categoria que se refere às pessoas desocupadas que desistiram de procurar emprego por não acreditarem que seja possível encontrá-lo (IBGE, 2020).

Esse cenário evidentemente não oferece boas perspectivas nem para os brasileiros e menos ainda para os imigrantes em busca de emprego. No entanto, dados recentes do OBMigra (Cavalcanti *et al.*, 2019) sobre movimentação de imigrantes no mercado de trabalho formal indicam que haitianos e venezuelanos são as nacionalidades que mais tiveram emissão de carteiras de trabalho em 2018. Entre a totalidade de imigrantes no mercado de trabalho formal em 2018, os haitianos são os de maior número, com 27.246 admissões; os venezuelanos figuram em segundo lugar do ranking, com 7.181 contratações. O relatório também assinala que no referido ano o saldo geral de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal foi positivo, porém menor que em 2017. O estado que mais absorveu mão de obra imigrante foi São Paulo.

Ademais, os setores produtivos com maior absorção formal de trabalho de imigrantes no Brasil no referido ano foram: indústria; comércio e reparação; e demais serviços. Dentro dos respectivos setores, os grupos ocupacionais que ofertaram mais empregos foram: produção de bens e serviços industriais; serviços, vendedores do comércio em lojas e mercado. Entretanto, se considerados somente os solicitantes de refúgio e refugiados, no intervalo entre 2011 e 2017, a região Sul foi a que mais absorveu mão de obra, inserida nos grupos ocupacionais de produção de bens e serviços industriais e nos serviços e comércio, com média salarial de 1,5 salário-mínimo (Cavalcanti *et al.*, 2019).

A subcategoria itinerância revela a trajetória percorrida por esses sujeitos e evidencia similaridades de percursos entre os participantes. Todos adotaram a mesma rota desde a fronteira de Santa Elena do Uairén até a chegada em Brasília nas Aldeias Infantis SOS. Após cruzar a fronteira da Venezuela com o Brasil, eles chegam primeiramente em Pacaraima e, posteriormente, deslocam-se para a capital do estado de Roraima, cidade de Boa Vista. Esse caminho é atravessado por passagens por diversos abrigos, nos quais eles permanecem pequenos períodos até chegarem ao destino final.

A subcategoria inserção social: idioma, trabalho e educação assinala entraves que os migrantes venezuelanos encontram na inserção dentro do Brasil. Entre eles, a dificuldade com o idioma é bastante assinalada. Há nos relatos preocupação e desejo de aprender o quanto antes a língua portuguesa, a fim de conseguir sua inserção no mercado de trabalho. Do mesmo modo, eles buscam cursos de capacitação e aperfeiçoamento, visto que uma das grandes expectativas ao saírem da Venezuela é justamente encontrar melhores oportunidades e condições de vida, especialmente o acesso à alimentação e ao trabalho. De fato, uma das principais metas para os venezuelanos abrigados nas Aldeias Infantis SOS é a busca por um emprego, o que constitui um imenso desafio.

Cabe assinalar que esses dados foram compartilhados com os sujeitos venezuelanos e todos demais membros das Aldeias Infantis SOS em encontro destinado para tal, realizado em setembro de 2019, no qual também foi disponibilizado relatório preliminar contendo todo material, a fim de discutir os resultados e realizar possíveis alterações. Tendo em vista a inexistência de divergências no que tange à análise, foi discutido também a continuidade do trabalho, a qual se daria através de outra turma de estudantes, especificamente a Turma 3.

Destaca-se que a elaboração do catálogo e organização de exposição fotográfica do PVP Migrantes – prevista na metodologia – não foram realizadas, por considerar-se que o trabalho necessitava de aprofundamentos e continuidades, capazes de ampliar o *corpus* e construir maior vínculo necessário para tal ação.

Figura 2. Turma 2-oficina do PVP



4.3. Análise e mapeamento de violências ocorridas no processo de imigração (2019/1-2019/2)-Turma 3³

Esse subprojeto foi realizado em 2019, durante os dois semestres acadêmicos. A experiência buscou analisar as violências sofridas pelos imigrantes venezuelanos egressos do programa de interiorização desenvolvido na Aldeias Infantis SOS no Distrito Federal, através da construção dos perfis socioeconômicos, bem como descrever e caracterizar as violências ocorridas no percurso migratório.

O primeiro semestre de 2019 foi dedicado à formulação da proposta, que incluiu a definição de objetivos e dos fundamentos teóricos e metodológicos pertinentes, feita pela equipe de pesquisa; e o segundo semestre foi composto por duas fases: a primeira foi destinada ao processo de pactuação e articulação com a Aldeias Infantis SOS para a realização dos ajustes e delineamentos metodológicos para adequar à realidade das famílias egressas

3. Alunos do curso de graduação em Saúde Coletiva da UnB participantes da Disciplina PISC 1, referentes à Turma 3: Aerton Marzagão, Alexander Lacerda, Andressa Brenda, Carlos Esteves Jr., Emerson Canuto, Gabriel Oliveira, Maysla Almeida, Otávio Maia, Raphaella Fernandes, Tiffany Neto.

do processo de interiorização e formação da equipe de pesquisadores desse subprojeto. Nessa primeira fase do segundo semestre de 2019, as Aldeias Infantis SOS fizeram o primeiro contato com as famílias venezuelanas egressas e passaram para a equipe de pesquisadores a relação das famílias que concordaram em participar da pesquisa. Essas famílias passaram a constituir o universo inicial.

A segunda fase desse semestre foi dedicada à elaboração dos instrumentos; à retomada de contato com as famílias, que, na fase anterior, concordaram em participar; e ao agendamento das visitas domiciliares e aplicação dos instrumentos. Foram nove famílias participantes, representadas pelos adultos responsáveis, em função do seu interesse e consentimento para participar na pesquisa, previamente expresso por meio telefônico no momento do agendamento da visita e reafirmada no dia da visita, ao assinar o consentimento.

Os instrumentos de pesquisa adotados foram constituídos por questionário e entrevista semiestruturada. O roteiro de entrevista semiestruturada objetivou resgatar a memória e reconstruir a história do processo migratório, desde a saída do país de origem até sua atual inserção no DF. Quanto ao questionário, o objetivo foi sistematizar o perfil socioeconômico, incluindo as variáveis sexo, média de idade, média do número de pessoas com quem vivem, média de renda nominal mensal domiciliar *per capita*, se recebem ou não ajuda financeira e as condições do tipo de propriedade.

Os resultados do questionário apontam que 56% dos entrevistados são do sexo feminino e 44% masculino. No entanto, a média de idade entre as pessoas entrevistadas foi de 31 anos. A média do número de pessoas nas residências dos entrevistados foi de 4,2 pessoas por família. Quanto ao tipo de relação com a propriedade, das nove famílias entrevistadas, oito possuem casas alugadas e uma disse ter um outro tipo de propriedade.

Além disso, sobre a média de renda nominal mensal, dos 9 entrevistados 6 (66,67%) responderam a pergunta “¿Cuál es el ingreso de su hogar?” e todos responderam a pergunta “¿Cuántas personas están viviendo con usted?”. Ou seja, foi possível somente calcular a renda nominal mensal de 6 famílias (66,67%). Destas, a média de renda nominal mensal dos entrevistados foi de R\$ 396,61. No que tange ao auxílio financeiro, entre nove entrevistados, um recebe auxílio do Bolsa Família e os outros oito não recebem nenhum tipo de auxílio.

Após análise de conteúdo das entrevistas, com base em Bardin (1977), foi possível definir duas categorias e quatro subcategorias. A primeira categoria foi “busca pela sobrevivência”, com as respectivas subcategorias: fome, emprego, dormir na rua e sonhos. E a segunda categoria foi denominada “interiorização”.

Segundo Alexander Betts (2010), a migração por sobrevivência é feita “por pessoas que estão fora de seu país de origem em virtude de uma ameaça real à sua existência, não tendo acesso a uma solução ou reparação dentro do próprio país”. Esse conceito pode abranger pessoas que vivem em uma situação de privação ou restrição de determinados direitos fundamentais em seu país de origem – tais como a liberdade, segurança, acesso à alimentação, saúde, educação e habitação – motivo pelo qual precisam buscar esses direitos em outros países.

Nas entrevistas, identificou-se como recorrentes as falas sobre falta de alimentação, medicação, acesso à educação, falta de perspectivas de melhora da situação econômica na Venezuela. Isso aliado à insegurança política, que contribui de forma decisiva para a piora

da crise social humanitária, indicando que nossos entrevistados viveram uma situação de privação ou restrição de determinados direitos fundamentais em seu país de origem e, por isso, precisaram buscar esses direitos em outros países. Essa situação de fuga em massa de cidadãos venezuelanos em busca de sobrevivência, ocorre devido à crise de abastecimento, ocasionada por uma hiperinflação que engoliu o poder de compra da moeda local, aliada à crise política, falta de emprego e outros serviços sociais essenciais.

Além disso, em nossas entrevistas podemos observar que a busca por um emprego representa uma questão central. Tendo em vista que todos entrevistados fizeram o processo de interiorização em parceria com as Aldeias Infantis, boa parte dos venezuelanos conseguiram emprego através das parcerias da Aldeia com a sociedade brasileira. A maioria das oportunidades que surgiram foram relativas a trabalhos no meio rural, trabalho doméstico e auxiliares de serviços gerais, sendo muitas delas em condição de informalidade, sem carteira assinada e sem respeitar ou valorizar as experiências profissionais anteriores. Dessa forma, a busca por emprego é um processo árduo e angustiante, pois sem ele não há garantia de sobrevivência básica. No caso das famílias entrevistadas, temos os agravantes da barreira linguística, a falta de apoio familiar, o preconceito e a exploração proveniente das relações enfraquecidas entre empregados e empregadores: fatores que afetam negativamente a saúde mental dos migrantes.

É importante assinalar que o Brasil não estava preparado para receber o fluxo migratório oriundo da Venezuela. As cidades fronteiriças – Pacaraima no Brasil e Santa Elena de Uairén na Venezuela – possuem baixa densidade demográfica e suas estruturas de serviços públicos são precárias, sem condições de realizar um acolhimento adequado aos imigrantes. Diante disso, e considerando que os abrigos de refugiados foram criados tardiamente pelo governo brasileiro, várias famílias entrevistadas viveram em situação de rua em Pacaraima e Boa Vista, variando desde 23 dias até 4 meses.

Perante os relatos, foi possível observar que os entrevistados venezuelanos em busca pela sobrevivência saíam de seu país de origem em busca não apenas das condições básicas para a subsistência, mas em busca de melhores condições de vida e sonhos. Os sonhos ou aspirações dos venezuelanos entrevistados estão explicitamente ligados à melhora na qualidade de vida da família, tanto nas questões materiais como na busca pelo bem-estar geral: conseguir emprego, ajudar economicamente a família que ficou na Venezuela, trazer para o Brasil os familiares que ficaram na Venezuela, ter acesso à habitação no Brasil, ofertar melhores condições de vida para a família.

Sobre a “interiorização”, um dos pontos negativos que encontramos em nossas entrevistas foi o tempo de espera até sua implementação. Algumas famílias chegaram ao Brasil antes da implantação do programa e não tiveram orientação nem facilidades para fazer as documentações necessárias, passando pelas dificuldades citadas. Essa demora foi um aspecto negativo que induziu a exposição dos venezuelanos às diversas formas de vulnerabilidades sociais e econômicas existentes no contexto das cidades de Pacaraima e Boa Vista. Com isso, muitos imigrantes viviam em abrigos superlotados, moravam na rua, sem acesso à alimentação, cuidados de higiene, expostos aos julgamentos depreciativos da sociedade local e abandonados pelos serviços do Estado.

Figura 3. Turma 3-busca ativa dos migrantes



5. Considerações finais

Nota-se que o caminho de diálogo entre a Universidade de Brasília, as Aldeias Infantis SOS e os sujeitos migrantes, iniciado em 2018, tem sido uma caminhada coletivamente construída, através de um processo que se propôs o desafio adicional da integração ensino-pesquisa-extensão, em articulação com estudantes de disciplinas de graduação e pós-graduação, tal como foi colocado anteriormente.

Cabe dizer que isso traz consigo um desafio que aqui importa refletir, posto que implica a necessidade também de dar respostas aos objetivos das respectivas disciplinas, sem enquadrar a dinâmica social da realidade nos tempos e objetivos instituídos no calendário acadêmico e nas grades curriculares. Aqui reside um ponto de clivagem, posto que se buscou justamente evitar os enquadramentos que geram ações pouco efetivas, que respondem aos objetivos das universidades, mas nem sempre na mesma medida são capazes de acompanhar as dinâmicas sociais.

De fato, essa experiência buscou na realidade social as potencialidades, ensinamentos e situações que oferecem elementos para a reflexão e produção de conhecimentos convergentes com as etapas de amadurecimento dos estudantes e, simultaneamente, com as necessidades de respostas das organizações da sociedade civil e dos sujeitos migrantes.

Ademais, o projeto também envolveu disciplina de pós-graduação em nível de mestrado, o que exigiu o alcance do nível de problematização, teorização e elaboração concernentes com tal formação, de modo integrado à dinâmica dos subprojetos, por meio da construção de um espaço verdadeiramente dialógico, democrático e de partilha entre todos envolvidos, sejam eles estudantes, sujeitos migrantes, trabalhadores da organização, professores e demais colaboradores.

Em princípio, essa não constitui tarefa simples, posto que exige a ruptura de vários paradigmas e pressupostos cristalizados. Nesse sentido, considera-se que os fundamentos epistemológicos de Freire (1992) foram fundamentais para nortear esse processo, pois propiciam a construção coletiva de saberes durante o caminho trilhado. Tal como dizia o poeta espanhol Antonio Machado (1912), “*caminante no hay camino, se hace camino al andar*”.

De fato, o caminho do PVP Migrantes em diálogo com as Aldeias Infantis SOS e os sujeitos migrantes foi se conformando lentamente nesse percurso e contou com contribuições fundamentais na determinação de seus rumos. As convergências com a perspectiva da educação popular presentes na instituição também favoreceram muito a caminhada. Todavia, não foi desprovida de imensos desafios que refletiram precisamente as dissonâncias entre tempos, agendas, objetivos, processos e expectativas próprias de todos atores sociais envolvidos.

Não obstante, o projeto propiciou uma experiência pedagógica profícua, capaz de trazer à luz várias questões acerca do processo de interiorização e da situação de vida dos migrantes venezuelanos, bem como das formas de violência vivenciadas por eles no percurso. Os resultados evidenciam inúmeros desafios e indicam a necessidade de continuidade da produção de conhecimento, a fim de subsidiar a construção de políticas públicas capazes de garantir os direitos humanos desta população.

Ademais, torna-se fundamental também o estreitamento do diálogo e a ampliação de parcerias entre as universidades, as organizações da sociedade civil e os gestores públicos, haja vista a complexidade das demandas existentes e a necessidade intrínseca de construção de ações intersetoriais, interculturais, interdisciplinares e participativas.

Nesse sentido, é preciso promover a participação social dos migrantes venezuelanos na construção das políticas públicas voltadas para migração e refúgio, em consonância com o direito de participação inscrito na Constituição Federal de 1988. Isso propicia o exercício da cidadania e da democracia e qualifica enormemente as políticas implementadas, posto que traz à luz os olhares dos próprios sujeitos da ação e as reais necessidades, favorecendo a criação de soluções conjuntas apropriadas.

Apesar de o Brasil possuir larga experiência em processos de gestão participativa de políticas públicas, especialmente consolidadas no setor de saúde, mas não restritas a este – amplamente fomentadas durante a primeira década dos anos 2000 – cabe dizer que o programa de interiorização e demais políticas atualmente adotadas não parecem incluir a participação de migrantes venezuelanos em sua elaboração e gestão, o que requer atenção do conjunto da sociedade brasileira para garantir os processos democráticos e os direitos humanos dos migrantes e refugiados.

6. Referências

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2020) *Interiorização traz novas perspectivas aos venezuelanos no Brasil*. <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/07/interiorizacao-traz-novas-perspectivas-aos-venezuelanos-no-brasil/>
- Aragão, Tainá & Santi, Vilso (2018) Somos Migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. *Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Vol. 2(1), pp. 136-156.

- Arruda-Barbosa, Loeste de Arruda; Sales, Alberone Ferreira Gondim & Torres, Milena Ellen Mineiro (2020) Impacto da migração venezuelana na rotina de um hospital de referência em Roraima, Brasil. *Interface* (Botucatu), Vol. 24, pp. 1-16.
- Bardin, Laurence (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Betts, Alexander (2010) *Survival Migration: A New Framework*. *International Migration*, Vol. 16(3), pp. 361-382.
- Brasil (2018) *Operação Acolhida: base legal*, Brasília, Casa Civil. <https://www.gov.br/acolhida/base-legal/>
- Freire, Paulo (1992) *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas (2020) *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas*. Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas, Rio de Janeiro, FGV DAPP.
- Hoefel, Maria da Graça Luderitz; Severo, Denise Osório y Washington, Claudia (2019) Experiência do Projeto Vidas Paralelas Migrantes no Brasil: narrativas imagéticas sobre o trabalho e suas repercussões sobre a saúde, *Saúde em Redes*, Vol. 5(2), pp. 227-236.
- Hoefel, Maria da Graça Luderitz (2016) Projeto Vidas Paralelas: relações entre a imagem, a estética e a política. Relatório de pesquisa de pós-doutorado, Universidade de Brasília.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) *Desemprego: Painel de Indicadores*. <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>
- Machado, Antonio (1912) *Campos de Castilla*, Parte “Provérbios y Cantares”, n. XXIX.
- Milesi, Rosita; Coury, Paula & Rovey, Julia (2018) Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. Porto Alegre, *Aedos*, Vol. 10(22), pp. 53-70.
- Moraes, Isaias Albertin; Andrade, Carlos Alberto Alencar & Mattos, Beatriz Rodrigues Bessa (2013) A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios, *Conjuntura Austral*, Vol. 4(20), pp. 95-114.
- Motizuki, Katia Regina Nunes; Martins, Maria Ângela Conceição; Rossi, Everton & Assis, Julia Maria Vicente (2019) Atenção à saúde aos imigrantes haitianos na visão de trabalhadores e gestores em Cuiabá, Mato Grosso, *Connectionline. Revista Eletrônica do UNIVAG*, Vol. 20, pp. 84-103.
- Oliveira, Antonio Tadeu Ribeiro (2019) A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 13(1), pp. 219-244.
- Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu; Macêdo, Marília & Pereda, Lorena (2019) Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil. *A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.
- OIM. Organização Internacional para as Migrações (2019) *Tendencias migratorias en las américas*. República Bolivariana de Venezuela. https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas_Venezuela_ES_Mayo_2019_.pdf
- OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde (2019) *Guidance Document on Migration and Health*. <https://www.paho.org/en/documents/guidance-document-migration-and-health>

- Simões, Gustavo da Frota; Cavalcanti, Leonardo & Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro (2017) À guisa de introdução: Imigração venezuelana no Brasil. In Gustavo da Frota Simões (Org.) *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*, Curitiba, CRV.
- Simões, Gustavo da Frota; Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro & Camargo, Elaine Moreira Júlia Faria (2017) Sumário Executivo. In Gustavo da Frota Simões (Org.) *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: CRV.
- Silva, João Lucas Zanoni (2020) Operação Acolhida: a imigração venezuelana para Dourados-MS. [Dissertação de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos] Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos, Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados.
- Uebel, Roberto Rodolfo Georg & Silva, Caroline Adorne (2019) Politics, Policies and International Immigration in Brazil: recent changes and perspectives, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 13(1), pp. 163-192.
- Vasconcelos, Iana dos Santos (2018) Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. *REMHU*, Brasília, Vol. 26(53), pp. 135-151.

Agradecimentos • Acknowledgement

Os autores agradecem, em homenagem póstuma, as importantes contribuições de Luiz Marcos Medeiros de Carvalho, diretor das Aldeias Infantis SOS/Brasília no período inicial deste trabalho. Ele teve papel fundamental na construção dessa parceria e no desenvolvimento desta pesquisa.

Proceso Editorial • Editorial Process Info

Recibido: 1/12/2020 Aceptado: 20/12/2020

Cómo citar este artículo • How to cite this paper

Osório Severo, Denise, Luderitz Hoefel, Maria da Graça, Tavares, Samantha, Coletivo de Estudantes de Saúde Coletiva y Abanto Ramos, Ivette Alejandra (2020) Projeto Vidas Paralelas Migrantes: experiência desenvolvida com venezuelanos acolhidos pelas Aldeias Infantis SOS/Brasil, *Revista de Cultura de Paz*, Vol. 4, pp. 381-401.